

A medicalização da infância como forma de disciplinamento: um relato de experiência.

Fabiola Colombani – Unesp/Assis

Elizabeth Piemonte Constantino-Unesp/ Assis

Eixo Temático: (2) Políticas e Gestão Educacional

Este trabalho tem como objetivo, construir uma teia de reflexões a respeito do disciplinamento da infância no âmbito da educação, traçando alguns aspectos históricos educacionais brasileiros, analisando o processo o qual acabou produzindo o que chamamos hoje de Patologização Escolar, que segundo Collares e Moysés (1994), grandes estudiosas na área, colocam o termo patologização, como o processo de transformar questões não-médicas, eminentemente de origem social e política, em questões médicas, isto é, tentar encontrar no campo médico as causas e soluções para problemas dessa natureza.

O presente tema atraiu minha atenção, quando no início da prática como psicóloga, me deparei com inúmeros casos de crianças encaminhadas aos serviços de saúde por apresentarem comportamentos considerados “indisciplinados”. Ao serem encaminhadas muitas delas passaram por consultas e exames neurológicos, nos quais se detectou a necessidade do uso de psicotrópicos para controlar tal comportamento.

O que mais me surpreendeu é que ao investigar sobre os psicotrópicos receitados, encontrei um dado da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) que trazia como informação que a manifestação de “indisciplina” é um dos sintomas de TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) e a droga para o tratamento de tal transtorno o *metilfenidato*, cujo nome “fantasia” Ritalina teve sua venda aumentada em 940% em 4 anos.

Esse aumento, segundo os especialistas que estudam tal

transtorno, se deve à alta incidência da doença que atinge de 5 a 10% das crianças em todo o mundo, apresentando mais manifestações em meninos do que em meninas, ou seja, além dos números preocupantes ainda temos uma questão de gênero.

Com o objetivo de investigar quais comportamentos eram esses que as crianças apresentavam e a partir das queixas que os professores vinham fazendo, a ponto de convencerem aos pais a procurarem por ajuda médica e psicológica, definiu-se o interesse pela questão em pauta.

Com essa perspectiva passei a estudar e observar crianças da educação infantil indicadas como sendo portadoras de TDAH. Qual foi minha surpresa que ao ouvir os professores e observar as crianças em sala de aula, percebi que a queixa era tão inconsistente e injustificada quanto os tratamentos medicamentosos que eu vinha acompanhando.

Tratava-se de crianças de 2 a 6 anos de idade, ditas como indisciplinadas, por apresentarem a recusa de permanecer sentadas durante quase todo o período da aula, por falar enquanto faziam as lições de sala e por dispersar a atenção com frequência, como também, correr muito na hora do recreio.

Além disso, as crianças tinham em suas atividades cotidianas o uso da apostila, ou seja, livros didáticos que seguem um padrão homogêneo de aprendizagem sem levar em consideração as singularidades de cada criança, entendendo o desenvolvimento num enfoque que prioriza apenas a maturidade como uma pré-condição para a aprendizagem, seguindo um modelo único, que exclui os aspectos históricos culturais e o contexto social de inserção da criança.

Frente a tudo isso, constatei que era necessário conscientizar as professoras a respeito das características específicas e das necessidades de cada criança. Porém, estamos falando de uma profissão que vem sendo desvalorizada no Brasil, em que a maior queixa é a remuneração e, além disso, há um problema acentuado de formação que envolve a maioria dos cursos de licenciatura no país, como aponta a pesquisa publicada pela Folha de São Paulo¹.

A nossa realidade educacional é marcada por profissionais mal formados e descontentes, que optaram pela carreira por falta de opção. Claro que não podemos generalizar, nem tão pouco dizer que isso só ocorre

nessa profissão, mas na maior parte é isso que acontece. Por este motivo, tanto não compreendem o desenvolvimento infantil, quanto não aceitam o fato de que terão que trabalhar com as crianças em sala de aula, conforme a necessidade de cada um. Desta forma, as que não se adequam ao modelo e às exigências ditadas pela professora, fogem aos padrões ditos normais.

Esta realidade é resíduo da industrialização farmacológica no Brasil, que surgiu e logo se fez necessário pela demanda medicamentosa que o capitalismo e o movimento sanitarista criaram, tendo início no final do século XIX onde os indivíduos aprenderam a organizar suas vidas de acordo com as normas higienistas, passando a ter noção de que, através de seus comportamentos, é capaz de prevenir o desenvolvimento de certas doenças.

Já durante todo o século XIX e início do século XX, percebe-se todos os resíduos cristalizados de uma sociedade eugênica e higiene, que passa a ter como suporte social, verdades construídas ainda no Brasil Colônia. Várias iniciativas nessa época, demonstram uma concepção assistencial que provenientes de inúmeras leis, acaba influenciado as condutas jurídicas, sanitárias e educacionais o que acaba sendo denominada de período assistencial científico.

A infância ao ser mais valorizada desde o iluminismo, passa a ser alvo de cuidados específicos através de um controle assíduo. Se esse “controle” do corpo tinha como principal objetivo, obter uma infância protegida e higienizada, para que houvesse a defesa da sociedade, pensando a criança como o “adulto do amanhã”, só o tinha para que esse “adulto do amanhã” viesse a ser um aparelho social eficiente, isto é, um cidadão que contribuísse para o progresso de sua nação. Sendo então, a escola o lugar apropriado para cultivar os bons hábitos na infância, ela deveria ter o objetivo de buscar a harmonização do corpo e do espírito através do alcance da disciplina.

Surge no ano de 1846, a primeira escola infantil pública do Brasil, intitulada de Caetano de Campos que era freqüentada por crianças pertencentes às classes mais abastadas, ou seja, se a escola primeiramente veio a surgir com o intuito de “cuidar” das crianças pobres, consideradas cidadãos em estado de risco, mais tarde a escola vem para atender uma

outra clientela, mas desta vez sem o intuito de proclamar a ordem e modelar para o progresso, mas sim, para manter e cultivar a disciplina que já havia sido adquirida no seio familiar. Kuhlmann (2001) relata a principal preocupação da educação infantil naquela época:

“A preocupação com a formação dos bons hábitos, do cultivo da docilidade, estava presente no jardim. As crianças eram alvos da constante intervenção e vigilância dos adultos; a educação moral, voltada para a disciplina, a obediência, a polidez, era o núcleo da formação, mesmo que no interior de um ambiente pedagógico bastante rico e diversificado. Para ensinar a moral não se valia da coerção, mas de modelos normativos, da aprendizagem de rituais para inserção social e dos exemplos de atitudes que são passados no próprio momento do ensino como, por exemplo, no momento de escolher e contar uma história”. (p.159)

Além da preocupação com a saúde e a higiene, que visava o controle das normas através do disciplinamento do indivíduo, houve também todo um discurso eugênico que se criou na ciência médica, com o intuito de dar uma efetiva atenção à raça. Esta era uma questão de suma importância para os médicos, que tinham como ponto de vista a raça como responsável pelo progresso ou detrimento social.

A eugenia² funcionou como um princípio de racionalidade e em todo o processo de transição que o Brasil colônia sofria, entendia-se que as raças menos abastadas deveriam ser afastadas daquelas que podiam plantar o crescimento sócio-intelectual da nação enfim, a eugenia infiltrou-se como um dispositivo que contribuía tanto com o disciplinamento da máquina³ quanto com a depuração da raça. A idéia do branqueamento da raça acompanhou a justificativa de que o negro estava intimamente ligado à pobreza e a ignorância, o que seria um perigo para o controle das doenças e da ordem social. Os higienistas tomados por uma visão extremamente biologizante e organicista, tinham como certeza absoluta que o depuramento de sangues inferiores tornaria a população mais homogênea racialmente o que facilitaria no trabalho de alcance da civilização.

Esse tipo de pensamento tomou força maior com o processo de higienização que ocorreu no início do século XX e teve como consequência o alastramento desta medicalização da sociedade, que foi progressivamente ganhando novos contornos.

O processo de higienização tomou conta das escolas, pois os sanitaristas tinham através do discurso eugênico a proposta de vigiar e moldar o indivíduo desde pequeno, para que tivessem comportamentos e hábitos saudáveis, para que não proliferassem doenças, no sentido da purificação da raça, pensando como já foi dito, na criança como o cidadão do futuro, que daria continuidade a uma ordem social construída desde a infância.

Os professores tinham a função de fiscalizar cada atitude e apontar para os médicos que visitavam a escola constantemente, qualquer tipo de manifestação de doença ou desvio que pudesse se propagar entre os demais, dificultando o controle, que como diz Foucault, em sua obra *Vigiar e Punir* (1983), o corpo como alvo de poder, torna-se passivo de controle, modelamento e dominação, submetendo-se ao disciplinamento através de uma relação de docilidade-utilidade, fabricando com isso o que ele chama de corpo-dócil.

A recíproca também é verdadeira, ou seja, a sociedade foi aprendendo a pensar a partir da racionalidade médica, que desempenhou um papel normatizador. Afinal, o objetivo principal da medicina social era de maneiras diversas, formar ou reformar física e moralmente o cidadão. Não bastava disciplinar o espaço urbano, era preciso civilizar e urbanizar o homem, o que se entende por fazê-lo agir e pensar de acordo com o que o saber médico impõe.

“O disciplinamento da criança está relacionado, portanto, com o moderno estatuto da infância. Este a institui socialmente ligando-a a determinadas práticas familiares e formas de educação produzidas no século XVIII, ou melhor, num momento em que a sociedade ocidental vive profundas mudanças sociais, como uma progressiva divisão do trabalho e uma crescente urbanização, o que exige a formação de um cidadão. A infância torna-se, então, objeto de um outro olhar e, portanto, de um outro modo de governá-la. De tal maneira, o disciplinamento passa a ser exercido na família e nos colégios, com um controle de cunho cada vez mais rígido e total”.(Dornelles,2005,p.36)

Por conta dessa história construída e mantida ao longo dos tempos, que hoje a escola é uma instituição irradiadora de práticas higiênicas,

normalizadoras e disciplinares.

Relacionando esta temática com a teoria das representações sociais, podemos dizer que as questões trazidas até aqui, só se perpetuaram ao longo da história por que foram apropriadas pelos indivíduos e utilizadas em seu cotidiano, reproduzindo a ideologia da classe dominante, nas quais as pessoas sem se darem conta passaram a obedecer às regras de normatização e controle imposto pela sociedade. Segundo Guareschi e Jovchelovitch (2003, p. 263), "... para que possamos compreender qualquer coisa, é necessário que possamos compreender os processos através dos quais ela foi produzida, quer dizer, é necessário apreender o desenvolvimento da sua construção".

Outra questão apontada no presente texto e que também se construiu ao longo da história social, se refere à figura masculina, ou seja, o homem por sua virilidade é considerado mais dinâmico, expansivo e muitas vezes impulsivo, o que sabemos hoje que não é bem assim, pois as mulheres cada vez mais estão alcançando uma posição de igualdade.

Essa idéia que a sociedade tem do indivíduo do sexo masculino, ainda é muito forte, tão forte que é capaz de influenciar sintomas e conceitos de transtornos, pois como disse no início deste trabalho, uma vez que a maioria das crianças diagnosticadas com tal transtorno são meninos, que apresentam comportamentos mais impulsivos, desatentos e indisciplinados, o que demonstra aí uma questão de gênero considerado socialmente.

A análise destas questões a partir da teoria das representações sociais indica que já nascemos num mundo estruturado pelas representações da comunidade, na qual estamos inseridos e esse conjunto sistemático influi nas relações e práticas sociais. Porém, a internalização ocorre mediante um processo gradual desde a infância, construindo um conhecimento que é transmitido socialmente.

Segundo Moscovici e Jodelet, (Apud Guareschi e Jovchelovitch, 2003),que são os autores mais importantes das representações sociais os acontecimentos sociais para o grupo,são fatos verdadeiros,é o que realmente acontece e seus valores de mundo são o que o grupo crê.

Por este motivo as práticas não devem ser aceitas se não forem analisadas, pois os erros que se perpetuam dão forma a equívocos que

afetam a sociedade, paralisando os avanços numa naturalização constante de fatos negativos, sem novas construções de idéias e sentidos. Segundo Minayo (2006, p. 236), “as representações sociais se manifestam em falas, atitudes e condutas que se institucionalizam e se rotinizam, portanto devem ser estudadas e não simplesmente naturalizadas”.

Essa experiência que tive me possibilitou repensar a prática do psicólogo escolar, fazendo da minha atuação mais crítica, o que veio a contribuir para o desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado na linha de infância e realidade brasileira, no qual faço essa ligação da atualidade com a história, mostrando um pouco dos resíduos que ela deixou como também, aponto a instituição escola como um forte e resistente aparato de poder, que tem como objetivo vigiar, disciplinar e punir.

A medicalização da infância que tratamos neste texto, é a herança viva da higienização em que a educação e saúde se uniram como elementos inseparáveis na implantação de um programa de normalização e moralização, que visava manter um forte pilar social- a ordem- através dos bons hábitos.

Desde então, a educação passou a ser alvo do poder médico, consequência de toda uma história envolta nos preceitos higienistas e eugenistas, trazidas pelo desejo burguês da moral e da ordem e a influência médica no seio familiar e no âmbito educacional, com as práticas medicalizantes e biologizantes do processo de aprendizagem, maciçamente presentes no cotidiano escolar atual.

Orientada por esta preocupação e convicta que é importante conhecermos o cenário em que a medicalização surgiu, houve aqui a tentativa de trazer um pouco dessa trajetória histórica que até hoje influencia nossa realidade educacional, pois somos seres culturais formados a partir da história e construímos o futuro baseado nos resíduos do passado. Nesse sentido, a teoria das representações sociais contribui para se pensar a história desvendando-a, com o intuito de compreender as questões que surgiram no passado e que perpetuam no presente.

Notas:

Pesquisa publicada no jornal Folha de São Paulo no dia 28/05/2009, intitulada como: “Censo aponta formação deficiente de professores”.

² Termo usado por Francis Galton a partir de 1883. Evolucionista, matemático e fisiologista ele se dedicou aos estudos da hereditariedade, com o intuito de melhorar as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente.

³ Termo usado por Foucault para representar o corpo, composto por várias “peças” elementares que se combinam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO J.G.A. (org.) **Indisciplina na escola: Alternativas teóricas e Práticas**. São Paulo: Summus, 1996. p.152.

CARVALHO, R.E. **A escola como espaço inclusivo**. In: IV Congresso de Educação de Presidente Prudente 2000, Revista de Anais. Presidente Prudente, 2000. p.11-16.

COLLARES, C.A.L. e MOYSÉS M.A.A. **A Transformação do Espaço Pedagógico em Espaço Clínico (A Patologização da Educação)**. São Paulo: FDE, 1994.p.25 – 31. (Série Idéias, 23).

_____.(1996).**Preconceitos no cotidiano escolar:ensino e medicalização**.São Paulo:Cortez,264 p.

_____.(1985) **Fracasso Escolar uma questão médica?**Caderno Cedes nº15. São Paulo: Cortez,70 p.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de janeiro: Graal. 1999.

D'ANTOLA, A.(org.) **Disciplina na Escola:Autoridade x Autoritarismo**.São Paulo:E.P.U,1989.

DORNELLES, L.V. **Infância que nos escapam**.Petrópolis,R.J.:Vozes,2005.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**, 2 edição.Petrópolis:Vozes,1983.

GUARESCHI, P.A. e JOVCHELOVITCH (Orgs.) **Textos em representações Sociais. 8º edição.** Petrópolis, R.J.: Vozes, 2003. p.261-293. (Coleção Psicologia Social).

KUHLMANN JR, Moysés. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MARQUES, V.R.B. **A Medicalização da Raça: Médicos, Educadores e Discurso Eugênico.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

MINAYO, M.C.S. Palavra, interações e representações sociais. In: *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* 9 ed. São Paulo: Hucitec, 2006, 204-260.

PATTO, M.H.S. **“A família pobre e a escola pública: anotações sobre um Desencontro”** In: PATTO, M.H.S. (orgs.) *Introdução à Psicologia Escolar.* 3ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. pp.281-296.

POSTMAN, N. **O Desaparecimento da Infância.** Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

SOUZA, F.P. **Histórias Inacabadas: Um ensaio de Psicologia Política.** Maringá: Editora da UEM, 1994.